
COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO TAC

09 de dezembro de 2025

Das 14h30 às 17h30

Reunião Virtual pela Plataforma Zoom.

Ata da 48ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Aos nove dias do mês de dezembro de 2025, às 14h30, de forma virtual, ocorreu 48ª Reunião do Comitê de Acompanhamento (CA) do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre MPF, MPPA, Semas, Alunorte e Hydro. A reunião teve como **pauta:** atualizações sobre o **item 4.1 - apresentação do relatório final da Auditoria de Segurança do Processo Produtivo**, pauta que contou com a participação de convidados da Hydro e da empresa auditora Tractebel; atualizações sobre o **item 2.1.4 - que trata do investimento de R\$ 8 milhões em solução de abastecimento de água potável.**

Entre os **membros do Comitê de Acompanhamento que participaram da reunião:** Procurador da República Igor Lima Goettemauer de Oliveira, titular (Ministério Público Federal – MPF); Promotor de Justiça Márcio Silva Maués, titular (Ministério Público do Estado do Pará – MPPA); Arthur Queiroz, suplente (Norsk Hydro Brasil); Edson Maciel, titular (Alunorte); Haydée Marinho, titular (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará – Semas); Fabrício Pinho Júnior, suplente (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará – Semas); Mário Santos, titular (1ª Representação da Sociedade Civil); Vera Lúcia Brito Nascimento, suplente (1ª Representação da Sociedade Civil – Comunidades Quilombolas e Tradicionais); Jackeline Souza Sales, titular (2ª Representação da Sociedade Civil); Fátima Góes, titular (4ª Representação da Sociedade Civil); Fabiano Azevedo Pereira, suplente (4ª Representação da Sociedade Civil); Rozemiro Brito, titular (5ª Representação da Sociedade Civil); Elidiane Cardim, titular (6ª Representação da Sociedade Civil); Rosa Maria Dias da Silva, titular (7ª Representação da Sociedade Civil); Dilene Moreno Dorea, suplente (7ª Representação da Sociedade Civil); Elisomar Barreto, titular (8ª Representação da Sociedade Civil); Ivo Torres, suplente (8ª Representação da Sociedade Civil); Maria das Graças Pereira, titular (9ª Representação da Sociedade Civil); Hamilton Caminha, suplente (9ª Representação da Sociedade Civil); Vagner Ferreira, titular (10ª Representação da Sociedade Civil); e Ereny Barbosa, suplente (10ª Representação da Sociedade Civil).

Além dos membros do CA, também participou como convidado Victor Cruz e Valério Gomes, da Norsk Hydro Brasil; e Nelson Castro, representante da Tractebel. Também estava presente a equipe do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), na condição de secretaria executiva do CA, composta por: Raphael Castro, analista socioambiental; Keyse Valadares, Consultora de Mobilização; Denise Salomão, Consultora de Comunicação e Mariana Pereira, Consultora de Comunicação.

Na **abertura**, Raphael Castro anuncia que a reunião está sendo gravada, relembra instruções, anuncia os presentes e as pautas da reunião.

Atualizações sobre o item 4.1 - apresentação do relatório final da Auditoria de Segurança do Processo Produtivo

Raphael Castro introduz a pauta sobre o **item 4.1** do TAC, que trata da Auditoria de Segurança do Processo Produtivo, cujo relatório final foi apresentado na reunião. A pauta contou com a participação de convidados da Hydro e da empresa auditora Tractebel. Nelson Castro, engenheiro da empresa auditora Tractebel, inicia a apresentação dos resultados da auditoria do item 4.1.

Nelson inicia a apresentação contextualizando o histórico da empresa auditora, que possui escritório em Belém desde 1984, e que este ano completa 60 anos de atuação. Ele informa que a Tractebel é uma empresa certificada, que tem os seus processos bem consolidados, dentre eles, destaca o Sistema de Gestão Antissuborno (SGAS) da ISO 37001, na qual a empresa é auditada por esta prática, assim como outras normas como a ISO 9001, que trata da gestão da qualidade e requisitos; a ISO 45001, que estabelece requisitos para a gestão de segurança e saúde no trabalho; e a ISO 14001, que trata do sistema de gestão ambiental. Nelson destaca ainda que 40% dos colaboradores são mulheres e que a empresa tem avançado na meta de alcançar 50% de mulheres como colaboradoras.

Em seguida, Nelson inicia a apresentação do escopo da auditoria. No geral, foram avaliados 10 itens:

Item A - Processo Produtivo

Item B - Dimensionamento da Rede de Drenagem

Item C - Dispositivos ETEI

Item D - Qualidade do Efluente lançado no rio Pará

Item E - Modelagem matemática ambiental 3D

Item F - Parâmetro de Lançamentos

Item G - Análise e indicação da destinação de resíduos

Item H - Gestão e monitoramento de águas

Item I - Análise de projeto de gestão e monitoramento de sólidos

Item J - Análise de inventário de caracterização de resíduos

Nelson destaca que os itens foram agrupados em quatro blocos para facilitar a condução da auditoria. Foram agrupados os itens: **1) A e H**, que tratam do processo produtivo e gestão e monitoramento de águas; **2) B, C e E**, que tratam do dimensionamento da rede de drenagem, dos dispositivos da estação de tratamento de afluentes industriais e da modelagem ambiental de dispersão de poluentes no rio Pará; **3) D e F**, que tratam da qualidade do efluente lançado no rio Pará e os parâmetros de lançamento; e **4) G, I e J**, que tratam da análise e indicação da destinação de resíduos, análise de projeto de gestão e monitoramento de sólidos e análise de inventário de caracterização de resíduos.

Sobre o método da auditoria conduzida, Nelson resume entre: 1) processos de avaliação de documentação extensiva de todos os itens; 2) algumas inspeções técnicas detalhadas na refinaria; e 3) elaboração de relatórios.

Em seguida, Nelson apresenta uma linha do tempo do período em que o trabalho de auditoria foi executado:

- **18/07/2023:** início dos trabalhos a partir da visita técnica à refinaria para a elaboração da proposta técnica;
- **20/03/2024:** reunião do início de contrato;
- **05/08/2024 a 08/08/2024:** Primeira inspeção técnica;
- **01/10/2024 a 03/10/2024:** Segunda inspeção técnica;
- **12/11/2024:** Início das entregas dos relatórios preliminares;
- **09/12/2024 a 13/12/2024:** Coleta conjunta de amostras das águas;
- **06/01/2025:** Fim das entregas dos relatórios preliminares;
- **25/03/2025:** Entrega do relatório das análises laboratoriais;
- **29/09/2025:** Entrega do relatório final;
- **14/10/2025:** Apresentação dos resultados para as partes signatárias.;
- **24/11/2025:** Aprovação dos relatórios
- **09/12/2025:** Apresentação dos resultados para o Comitê de Acompanhamento.

Nelson destaca que durante esse período, mais de 5.000 arquivos foram avaliados por uma equipe robusta montada por mais de 30 profissionais especializados e aprovada pelo comitê de contratação da auditoria. Ao todo, foram realizadas três visitas de inspeção e mais de 30 reuniões de esclarecimento. Ele afirma que tudo o que foi solicitado para a Alunorte foi atendido e a equipe teve acesso a todas as informações que precisavam para poder fazer essa avaliação. E as reuniões de esclarecimento serviram para a equipe fazer entrevistas, tirar dúvidas e fazer questionamentos sobre o processo.

Nelson relembra na apresentação a presença e o acompanhamento de alguns representantes da sociedade civil na coleta conjunta de amostras das águas, realizada em dezembro de 2024. Ele informa que existe uma preparação dos equipamentos anterior à coleta, seguindo os padrões e normas estabelecidas para que ela seja realizada corretamente durante a atividade programada.

Ainda sobre a metodologia da auditoria, Nelson destaca o fluxo de trabalho, em que basicamente foi solicitado uma série de documentação, em seguida foi feita uma análise crítica em cima dessas informações pelos especialistas de cada área da auditoria, reuniões de esclarecimentos e por fim, a elaboração dos relatórios, que foram analisados pelo comitê técnico.

Sobre os resultados da auditoria, Nelson apresenta primeiramente a parte sobre a avaliação da gestão empresarial, que trata da necessidade da empresa Alunorte ter padrões internos bem definidos para que cada área obtenha sucesso na avaliação. Para isso, foram solicitadas documentações para fazer a avaliação da gestão empresarial como um todo. As certificações apresentadas indicam que a Alunorte possui padrões e processos bem definidos. A empresa também possui todas as Licenças de Operação (LO) dentro do prazo, além de outras documentações. Em seguida, foram apresentados os resultados, item por item, conforme abaixo:

Resultados Item A: Análise geral do processo produtivo completo de alumina, identificando a possível existência de não conformidades na planta da refinaria Alunorte, em Barcarena. Trata do processo de produção, desde a chegada da bauxita até a saída da alumina. Uma das preocupações neste item foi avaliar se a Alunorte consegue estimar com precisão os quantitativos que chegam de massa de bauxita e os produtos ou subprodutos que saem no processo produtivo. E para isso, a empresa apresentou dois softwares principais, chamado de Syscad, para fazer o balanço de energia. O balanço de massa do processo fabril é feito em uma planilha, de Excel, onde foi constatado e revisado todo o processo em si.

Um professor doutor da UFPA ajudou a esclarecer os cálculos e fazer a conferência do que foi apresentado na planilha e no software.

Houve também uma identificação muito importante dos processos de controle da refinaria. Então, não se verificou a possibilidade de contaminação por transbordos, por vazamento de tanques nas linhas ou qualquer tipo de junta. Pelo contrário, o que foi verificado são estruturas que possuem as muretas de proteção, com um caminho de drenagem bem definido, com rotinas de manutenção, com rotinas de inspeção desses locais, caso aconteça qualquer tipo de intercorrência, a empresa tenha a condição de atuar conforme previsto nos procedimentos internos que foram apresentados para a empresa auditora.

Resultados Item B: Análise do dimensionamento da rede de drenagem (boca de lobo, sarjetas, galerias, tubulações, etc), considerando o regime pluviométrico regional de Barcarena, suas oscilações e outras contribuições. Nelson destaca que o papel da auditoria foi fazer a avaliação do projeto que foi implantado, alguns deles mais antigos, outros mais atuais, e avaliar se de acordo com a quantidade de chuvas, a refinaria consegue operar de forma segura. O resultado do item B apresenta como conclusão que é possível sim operar com segurança, embora com chuvas de grande intensidade possa haver acumulação de água dentro da refinaria sem prejudicar a operação.

Resultados Item C: Análise dos dispositivos de Tratamento de Efluentes Industriais (ETEI) e bacias de espera quanto ao seu dimensionamento em relação às águas residuais (processo e pluvial). O objetivo foi avaliar o que era o projeto e o que foi projetado, se foi construído como o projeto previu e principalmente, avaliar as condições de conservação dessas estruturas. A empresa auditora verificou que as instalações das estações de tratamento de efluentes industriais estão todas operantes, bem conservadas, e que também possui o seu processo de manutenção e de inspeções. Sobre este item, não houve nenhuma avaliação negativa. Além disso, também foi avaliado as bacias de controle e de espera, onde foram observadas as conformidades com o projeto.

Resultados Itens D e F: Análise da qualidade do efluente lançado no rio Pará e análise de parâmetro de lançamento. Os dois itens são relativos à avaliação da qualidade da água e dos laudos que a Alunorte possui para o período identificado durante a auditoria. A empresa auditora identificou se os pontos de coleta desse material são compatíveis com a norma ou com o que os estudos apresentam. E se os parâmetros estão dentro da legislação e dos limites estabelecidos pelas resoluções.

Foram identificados todos os laudos, principalmente os laudos de saída da estação de tratamento de efluente, em que houve por parte da empresa auditora a atenção de olhar número por número, fazer a conferência, um trabalho estatístico devido a grande massa de informações e foi verificada a conformidade com relação a todo o material lançado, todo efluente tratado dentro da conformidade. Basicamente, se verificou a conformidade dentro das legislações indicadas no escopo do TAC, que é a resolução CONAMA 430 e a CONSEMA 355/2017.

Resultados Item E: Estudo da Modelagem matemática ambiental 3D para avaliar as zonas de influência referentes ao lançamento de efluentes no rio Pará. Foi feito um trabalho de modelagens, estudos, cálculos para poder identificar qualquer tipo de risco que se pode ter nas localidades das praias de Itupanema, Caripi, Conde, Beja, Ilha Trambioca e Ilha do Capim, visando verificar onde tem maior carga de lançamento, ainda que esteja dentro da legislação, e avaliar diante dos vários cenários (como a seca ou chuvas intensas) qual seria a taxa de diluição desse material.

Nelson destaca que todos tiveram taxas de diluição altíssimas. Nas praias de Itupanema e Conde as taxas de diluição estavam acima de 90%, o que significa que é muito diluído. A grande maioria apresentou uma taxa de 99% de diluição. Ou seja, um efluente tratado que já sai dentro da legislação, e que tem uma diluição maior ainda devido ao grande volume do rio Pará.

Resultados Item H: Avalia o projeto de gestão e de monitoramento de águas (subterrânea, superficial, reuso, pluvial e água residuária industrial) em termos de captação, transporte, tratamento e destino.

Foram avaliados os pontos de coleta destes materiais, efluentes ou não, e observou-se um potencial de aprimoramento na metodologia de cálculo de eficiência de remoção de carga biológica da planta. Foi uma das constatações da auditoria e foi indicado pela empresa auditora no relatório para a Alunorte, mas nada que prejudique o tratamento e destinação. Seria apenas um ajuste de metodologia de cálculo identificada pela empresa auditora e que pode ser melhorado. Desse modo, não foi identificado nenhum desvio de projeto, principalmente no que tange a entrada e a saída de água no sistema. Nelson enfatiza que foi verificado todas as entradas de água e todas as saídas que a Alunorte pode ter e não foi identificado nenhum desvio de projeto neste item relacionado à gestão e monitoramento de água.

Resultado Item G: Análise e indicação da destinação adequada aos resíduos gerados pela produção, devendo ser identificada a forma de destinação final adequada à legislação vigente e sustentabilidade ambiental.

A auditoria identificou que 99% do volume de resíduos gerados é inerente ao processo produtivo Bayer (extração do hidróxido de alumínio em soda cáustica sob alta pressão e temperatura). E que esses resíduos somados aos demais resíduos da planta são depositados em dois locais principais de armazenamento: DRS 1 e DRS 2.

Mas para além dos 99% do volume de resíduos sólidos que vão para o DRS, a auditoria identificou alguns pontos de melhoria dos outros 1% do volume de resíduos. Nelson destaca como ponto chave da parte de resíduos, o filtro prensa, que reduz a umidade e facilita a disposição desse material no DRS.

A destinação dos resíduos segue as licenças de operação. E os resíduos que não são parte desse 99% são coletados por empresas terceirizadas, certificadas e cadastradas para fazer esse tipo de coleta.

Resultados Item I: Avalia o projeto de gestão e de monitoramento dos subprodutos sólidos gerados pelo processo produtivo e unidades de tratamento de águas em termos da geração, transporte, tratamento e destino. Ou seja, como a Alunorte faz a gestão da informação de tantos resíduos gerados dentro da refinaria?

A empresa auditora teve a oportunidade de verificar os sistemas que a Alunorte tem e as redundâncias nas informações. E constatou que no mesmo ponto há mais de um controle, para não ter risco de um controle ou de um monitoramento ser pontual, há um backup, um segundo controle daquela informação. Um exemplo disso são as salas de monitoramento, onde é possível verificar uma série de ocorrências durante a operação. Outras salas também fazem esse papel de monitoramento, de gestão, de observação. Foi registrado nos relatórios também a reutilização de resíduos, como o hidrato, a alumina e outros, reduzindo dependências que possam gerar impactos ambientais negativos.

Resultados Item J: Inventários de caracterização de resíduos (líquidos e sólidos), em termos qualitativos, em todas as etapas dos sistemas de geração, processamento e disposição de resíduo do projeto DRS2.

A empresa auditora teve que avaliar em termos quantitativos e qualitativos e fazer uma análise do inventário da Alunorte onde são declarados os resíduos gerados ao longo do ano. A empresa é obrigada a apresentar essas informações. E foi possível verificar que os relatórios e os registros atendem as quantidades previstas na licença de operação.

Nelson explica que a Alunorte precisa seguir o que está especificado, como quantidade máxima de resíduos a serem gerados, tanto líquidos quanto sólidos, seguindo o que está previsto nas outorgas.

Foi identificado algumas exceções pontuais, que foram registradas no relatório, como alguns anos em que se excederam limites da LO, no caso de alumina e hidrato. Mas por outro lado, tem documentação que apresenta que esse material era armazenado de forma temporária para poder ser reavaliado e reinserido na cadeia. Então se trata de exceções bastante pontuais que foram encontradas pela empresa auditora dentro desse universo de avaliação tanto documental quanto de processo dentro da refinaria.

De acordo com Nelson Castro, as análises da auditoria realizada pela Tractebel permitem concluir que a Alunorte tem condições para operar de forma segura e atendendo aos critérios legais e aplicáveis, com um ponto de vista voltado para segurança, não só dos colaboradores durante a operação da planta, mas para o meio ambiente e seu entorno.

Os níveis de controle da refinaria e dos DRS são eficientes. Foi verificado algumas vezes que os controles são dobrados, em alguns casos, tendo mais de uma forma de controlar. E existem processos de melhorias contínuas, que foi verificado no âmbito da gestão corporativa, para minimizar falhas.

O que a empresa auditora recomenda é manter o constante aprimoramento da cultura de segurança dos ativos, identificada como uma boa prática para manter a qualidade dos equipamentos e do funcionamento com essas manutenções regulares.

A empresa auditora acredita que fazendo uma boa gestão dos ativos e a Alunorte conseguindo fazer o treinamento e capacitação das equipes, conforme está documentado e inserido dentro da cadeia da Alunorte, ela pode seguir com as operações em segurança.

Por fim, Nelson Castro agradece e se coloca à disposição para responder qualquer questionamento.

Raphael Castro agradece a apresentação e pergunta inicialmente se representantes da Hydro e da Alunorte têm algum complemento na apresentação ou se podem abrir para a inscrição dos membros.

Edson Maciel agradece a apresentação e afirma que pode seguir para a inscrição dos membros do CA.

Abertas as inscrições para contribuições. **Mário Santos**, titular da Representação 1 da Sociedade Civil, é o primeiro inscrito e questiona no âmbito do Item C, que trata dos dispositivos de Tratamento de Efluentes Industriais (ETEI), se houve modificação na estrutura de esgoto que sai para o igarapé Murucupi. Ele cita o evento de 2009, em que o esgoto não suportou a pressão da chuva e estourou.

Nelson Castro responde afirmando que a empresa auditora tem um escopo bem definido, que abarcou os últimos cinco anos de atividades, portanto não foi pedido nada em relação ao período de 2009, mas que a equipe teve acesso ao local em questão em uma visita para verificar o lugar durante o processo de auditoria. Foi constatado que não existe tubulação alguma neste local, também observou que foi realizada uma obra e que hoje existe uma bacia de contenção que faz parte do sistema de armazenamento de água, tanto da chuva, quanto do processo, que asseguram ainda mais a drenagem em situações de chuvas intensas ou cenários parecidos. Então, em vez de existir uma tubulação, foi construído um dispositivo de segurança.

Rozemiro Brito, titular da representação 5 da sociedade civil, pergunta se há algo parecido com o esgoto citado por Mário, mas em direção ao rio Pará, que dá acesso à praia da Vila do Conde.

Nelson Castro responde que não foi identificado. Como foi apresentado no item H, sobre gestão e monitoramento das águas, a empresa auditora cercou todas as entradas e saídas de águas e efluentes da refinaria. Então foram analisadas todas as possíveis entradas e saídas, tanto no projeto quanto nas inspeções. Nelson ressalta que foram realizadas três inspeções de uma semana, cada uma devidamente registrada nos relatórios. E durante esse período foi feita a avaliação de que o único local de lançamento de efluente tratado que foi verificado é onde a Alunorte tem a autorização para lançar atualmente.

Mário Santos questiona sobre o período chuvoso e se as modificações que a Alunorte fez nas bacias atende o volume acima do que ocorreu em 2018. Ele questiona também sobre os horários em que foram realizadas as coletas de águas, se foi após o lançamento no rio ou antes do lançamento do rio. Mário

cita depoimentos de pescadores, segundo os quais, haveria ocorrência de morte de peixes depois que o volume de água é despejado no rio.

Nelson Castro responde que foi realizada uma análise das chuvas intensas para fazer a avaliação da ação do dimensionamento da rede de drenagem e a refinaria tem condições de absorver todo o volume de chuva em uma condição crítica. Está no relatório devidamente registrado, tanto no item B, que é sobre a drenagem, quanto no item H, que é sobre gestão e monitoramento, onde foi constatada a capacidade de suportar e de armazenar esse volume de chuvas. Nelson destaca que depois dos eventos, uma série de melhorias foram realizadas.

Sobre os horários de lançamento, Nelson relembra que os membros do CA tiveram a oportunidade de acompanhar uma atividade da auditoria do item 4.1 e viram que a refinaria estava funcionando com normalidade. E as coletas foram realizadas tanto antes de serem tratados os materiais na bacia de espera, quanto após o tratamento já no lançamento do canal do efluente tratado.

Nelson destaca o fato de existirem sensores nessas regiões de saída, que é um local extremamente crítico. São sensores redundantes que compartilham dados tanto de vazão, quanto de qualidade deste efluente junto com a Semas, que é o órgão responsável por fazer esse acompanhamento também da qualidade de água do lançamento.

Quanto a isso, além do monitoramento que Alunorte executa ao longo de toda a sua operação, com coletas, com pessoas indo lá coletar, fazendo toda essa avaliação de preparação dos frascos, dos equipamentos, calibração, etc., até a parte de laboratório, além disso ainda tem monitoramentos automáticos que são realizados, de segundo em segundo e compartilhado com a secretaria em tempo real. Então isso foi verificado também para dar segurança enquanto empresa auditora de que um dos pontos mais críticos que pode acontecer está bem monitorado, bem acompanhado do ponto de vista da gestão de efluentes.

Mário Santos pergunta sobre algumas especulações a respeito de partículas de alumina na água das praias de Vila do Conde e Caripi e se a areia está no escopo do estudo ou não. Ele afirma querer entender se com o descarte da água é possível que essas partículas estejam na praia.

Nelson Castro responde que não faz parte do escopo da auditoria coletar a areia da praia, mas que foi observado e devidamente registrado no relatório que todas as informações de laudos que foram avaliados durante esse período estão dentro das normas e dos padrões de lançamento autorizados pela Alunorte.

Sem mais inscritos para esta pauta, **Raphael Castro** passa a palavra para a Tractebel para fazer as suas considerações finais.

Nelson Castro agradece a oportunidade de apresentar e um escopo robusto que foi avaliar mais de 10 itens do TAC 4.; e que finaliza a auditoria de forma satisfatória, com resultados positivos tanto para a sociedade, quanto para a Alunorte.

Haydée Marinho, titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará – Semas, solicita que o relatório seja encaminhado para os membros do Comitê de Acompanhamento.

Nelson explica que o próximo passo é a disponibilização do relatório no site, com acesso para todos, inclusive para o comitê de acompanhamento.

Raphael Castro, enquanto secretária executiva, se compromete em compartilhar e enviar o relatório para os canais de comunicação com os membros, assim que for disponibilizado no site. Ele agradece a participação dos convidados da primeira pauta e repassa os informes da reunião.

Informe sobre as atas do comitê de acompanhamento: Raphael Castro relembra que algumas atas ainda não estão publicadas, são as atas das reuniões de número 44^a, 45^a, 46^a e 47^a. A secretaria executiva compartilhou por e-mail, há mais de uma semana, todas as atas pendentes e pediu como prazo para contribuições até o dia 9 de dezembro. Esgotado esse prazo, as atas seriam consideradas aprovadas e encaminhadas para a publicação. Raphael consulta os presentes para saber se há alguém que gostaria de solicitar a prorrogação desse prazo para avaliação das atas ou se pode encaminhar para a publicação.

Edson Maciel solicita mais uma semana para fazer os encaminhamentos e contribuir de forma mais efetiva para as revisões.

Raphael informa que será dado mais uma semana de prazo para aprovação das atas.

Em seguida, segue para o **informe sobre o item 6.3 do TAC**, relacionado ao projeto Raiz. Raphael reproduz o informe repassado por Lúcia Lacerda, gerente de projetos do FUNBIO:

“Prezada secretaria executiva e membros do comitê de acompanhamento do TAC da Hydro, o FUNBIO informa que não participará da reunião de acompanhamento do TAC da Hydro, agendada para o dia 9 de dezembro. A decisão considera a importância do comitê avançar na discussão de outras pautas prioritárias, como as atualizações sobre a cláusula 2.1.4 e a apresentação final da auditoria sobre segurança do processo produtivo da Alunorte. Diante do estágio atual de planejamento do projeto Raiz, o FUNBIO compreende a necessidade do CA concentrar esforços nos demais temas e propõe a realização de uma reunião específica com o comitê no início de 2026. Essa reunião terá como foco os seguintes pontos: **1)** apresentação do plano de trabalho do projeto Raiz; **2)** atualizações sobre primeira chamada de projetos; **3)** discussão sobre a área de abrangência do projeto; **4)** planejamento de reuniões por áreas de representação. O FUNBIO reitera seu compromisso com a transparência e a colaboração no âmbito do TAC e permanece à disposição através dos canais de comunicação, e-mail e WhatsApp”.

Não há manifestações.

Atualizações sobre o item 2.1.4 – investimento de R\$ 8 milhões para tratamento e distribuição coletiva de água

Raphael Castro faz uma breve contextualização sobre a pauta lembrando o que havia de encaminhamento registrado, que foi definido e ratificado a indicação de um prazo para definição de encaminhamento sobre essa cláusula, que seria o fim do mês de outubro. Como não foi possível tratar na reunião anterior desta cláusula, a secretaria executiva traz novamente para reunião essa definição de prazo para encaminhamento desta cláusula. E também lembra a todos os membros das propostas da sociedade civil que foram formuladas em capacitação no dia 25 de outubro de 2025, que são propostas relacionadas à implementação do item 2.1.4, que também foram enviadas por e-mail aos membros do comitê, no dia 4 de novembro. Após a introdução da pauta, Raphael passa a palavra ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Estado do Pará, responsáveis pela condução da pauta sobre o item 2.1.4.

O procurador da República Igor de Oliveira, titular do Ministério Público Federal no CA, inicia afirmando que nas últimas reuniões entre as partes signatárias foi avaliada a manifestação que veio da capacitação que foi feita pelo IEB com os membros do Comitê de Acompanhamento representantes da sociedade civil. Essa manifestação foi acatada, em grande medida, foram acatadas as sugestões, em especial a sugestão de que seja feita uma seleção via cartas-convite de instituições executoras previamente selecionadas. Isso foi um pedido que veio do comitê de acompanhamento e que está validado junto às partes signatárias.

Dr. Igor ressalta que o que ainda falta definir é a estrutura de governança, pois a exemplo do que já está acontecendo com o FUNBIO, há o desejo de que seja um item que tenha dinâmica de funcionamento própria, com uma estrutura de governança autônoma e que a sua execução não dependa do TAC, pois não há como dizer exatamente quanto tempo ainda vai demorar para terminar a execução da cláusula. Então, essa estrutura de governança é algo que ainda não está plenamente definido. E isso é algo que está pautado entre as partes signatárias e o MPF está justamente nesse momento de bater o martelo, de como vai ser. Mas no que diz respeito à estrutura de seleção de projetos e a posterior execução já está definida e será da forma como o CA já se manifestou.

O Promotor de Justiça Márcio Maués, titular do Ministério Público do Estado do Pará – MPPA, reforça o que o Dr. Igor já comentou e reitera a necessidade em definir o prazo para encaminhamento da cláusula o mais rápido possível para prosseguir. Ele pede atenção e esforço do CA para fazer as validações necessárias e avançar.

Para o melhor entendimento de todos, Raphael Castro pergunta se a estrutura de governança que o Dr. Igor e o Dr. Márcio citam seria algo no sentido como se fosse um grupo de trabalho, uma comissão executiva que está se discutindo no projeto com o FUNBIO, por exemplo.

Dr. Igor responde que sim, que será necessário alguém que faça a gestão desses recursos, a seleção das instituições que serão convidados via carta-convite, posteriormente a seleção e acompanhamento da execução desses projetos, etc. É algo que envolve dinheiro, e parte dessa tomada de decisão também está relacionada com o direcionamento de recursos. O valor dessa gestão sairá dos recursos relacionados à cláusula da água. Ele afirma que já foi feita uma proposta para as partes signatárias, feita pelo próprio

IEB. E o MPF está exatamente nesse momento de definição, de como vai se dar essa forma de contratação, se faz algum tipo de seleção para essa estrutura de governança, se é ou não necessário ter esse tipo de estrutura, então são os pontos que ainda estão pendentes de encaminhamento.

Mário Santos afirma que há várias entidades que hoje no Estado do Pará já prestam serviços bastante relevantes e conclusivos para a comunidade. Uma delas é o IEB, em que há confiança por parte dos membros no trabalho executado pela instituição e possui experiência no assunto. Ele também cita a Ong FASE, como outra sugestão de instituição que poderia estar a frente da estrutura de governança, pois também possui credibilidade e confiança.

Elidiane Cardim, titular da 6ª Representação da Sociedade Civil, manifesta contentamento com o aval dos procuradores sobre o que foi discutido nas reuniões passadas e de como os membros da representação civil gostariam que fosse o projeto, se mostrando favoráveis ao que foi pedido. Ela também gostaria que fosse escolhida logo a instituição que vai fazer a gestão dos recursos para que a água de qualidade chegue às pessoas que precisam. Elidiane pergunta sobre a situação atual do recurso, se já foi transferido e qual o valor.

Maria das Graças Pereira, titular da 9ª Representação da Sociedade Civil manifesta voto favorável ao IEB para a estrutura de governança, pois já conhece e acompanha o trabalho do IEB. Reitera que se for necessário contratar alguém, que seja das comunidades.

Ereny Barbosa, suplente da 10ª Representação da Sociedade Civil, também manifesta contentamento por conta das propostas sugeridas pelas representações foram atendidas. Também concorda com a indicação do IEB para a governança, pois é uma instituição já conhecida da comunidade. Ela pergunta se tem algo que impeça o IEB de ser a organização escolhida.

O procurador da República **Igor de Oliveira** se manifesta, acrescentando algumas informações a respeito do IEB. Houve uma proposta por parte do próprio IEB para assumir. É a instituição que tem nos acompanhado desde o início e sabe das dificuldades de uma nova instituição chegando no território e todas as questões relacionadas a isso. Então foi feito um pedido para que o IEB fizesse uma proposta de trabalho para executar essa cláusula, atuando não apenas como secretaria executiva, mas como ente executor. Então ele executaria diretamente, ou seja, faria o diagnóstico de que tipo de tecnologia é necessário para cada uma das localidades, como implementar estas tecnologias, e instalação dessas tecnologias, seja pelos seus próprios esforços, a partir da experiência que já tem de outros projetos no Marajó, seja em parceria com instituições a depender do caso que se fizesse necessário. Se eventualmente o IEB não tivesse a tecnologia necessária para fazer aquela instalação, a instituição procuraria parceiros que tivessem a tecnologia adequada para fazer a instalação. Esse serviço, chamado inicialmente de governança necessária para a execução da cláusula, é um pouco diferente do que o FUNBIO está fazendo. O FUNBIO faz mais um serviço de secretariado e de coordenação das eleições. A ideia é que o IEB tivesse uma atuação mais executiva, ou seja, de fato implementar as estruturas.

A instituição repassou para o MPF o preço de 2 milhões de reais por esse serviço. Então, isso é uma coisa que está aqui para ser decidida pelo CA.

Dr. Igor afirma que por parte do Ministério Público, era preferível algum tipo de seleção pública, que não fosse uma indicação direta de uma instituição. Mas dado que já são 7 anos de negociação, essa cláusula precisa acontecer, e também ao fato de que não representa nenhum tipo de limitação jurídica

para que esse arranjo seja feito, pois esse recurso não tem natureza pública, é possível, dada a complexidade da questão aceitar e entender que essa é uma contratação adequada.

A questão é justamente o orçamento. É preciso que fique claro para o CA e para as partes signatárias que isso significa algo em torno de 25% do orçamento que existe. Então dos 8 milhões, 2 milhões ficariam para contratação dessa etapa executiva, por parte do IEB.

Dr. Igor sinaliza que pode ser marcado um outro espaço ainda essa semana para validar a proposta ou se os membros do CA entenderem como uma proposta adequada, o MPF já pode repassar essa orientação para a Hydro.

Raphael Castro complementa a explicação do Dr. Igor afirmando que o IEB tem experiência e se propôs por ter sido proposto também pela sociedade civil. O IEB tem essa expertise da parte de concepção, diagnóstico, levantamento, modelagem da tecnologia social do arranjo mais adequado de acordo com a comunidade e de instalação e monitoramento da qualidade da água produzida por essa tecnologia.

Em relação ao plano de trabalho mencionado pelo Dr. Igor, Raphael afirma que está sendo elaborado, com a ideia de ter o detalhamento técnico da proposta até o dia 10/12. Em relação ao valor de R\$2 milhões, foi feito um cálculo básico e proposto esse valor para arcar com todo o custo de execução, como equipe técnica específica para pesquisa de campo, análise, engajamento com as comunidades, e reuniões, além de todo o processo de diagnóstico.

O valor de R\$6 milhões será aplicado diretamente para a instalação dos microssistemas da tecnologia social que se comprovar mais adequada. E dentro do fluxo que foi apresentado à sociedade civil e que a sociedade civil inseriu alguns subsídios, algumas propostas. Um fluxo de levantamento técnico inicial e diagnóstico para entender bem a população, as condições técnicas e ambientais da localidade, que tipos de tecnologias sociais seriam mais adequadas para essa localidade. Após essa validação iniciaria, de fato, a instalação.

Com esse valor de 6 milhões estima-se um número de 600 a 800 famílias a serem beneficiadas diretamente, de acordo com a experiência que o IEB tem no Marajó, e considerando a logística um pouco mais facilitada em Barcarena. Mas esse número deve ser melhor detalhado após a etapa de diagnóstico.

Fátima Góes, titular da 4ª Representação da Sociedade Civil expressa contentamento com o avanço da cláusula e vota no IEB para ser o ente executor.

Mário Santos apoia a indicação do IEB, porque conhece e diz que os parente do Marajó estão muito felizes com os projetos desenvolvidos por lá. E reforça a reunião é um campo legítimo e que é bom sair com essa decisão na reunião de hoje.

Raphael informa que estão presentes na reunião nove titulares das 10 representações da sociedade civil, além de alguns suplentes. Apenas a Representação 3 não esteve presente.

Rosa Maria Dias da Silva, titular da 7ª Representação da Sociedade Civil também expressa seu voto no IEB

Dr. Igor afirma que dada a representação bastante relevante na reunião, é possível encaminhar e deliberar essa decisão.

Elidiane concorda que a decisão pode ser tomada nesta reunião e vota no IEB, mas questiona se o valor de R\$2 milhões não pode ser reduzido.

Mário reforça para não esquecerem das comunidades de Conde, que sofrem com a falta de abastecimento de água e são afetadas pela Imerys.

Maria das Graças Pereira, titular da 9ª Representação da Sociedade Civil, também reforça a fala de Mário de que as comunidades do Conde precisam de água com urgência.

Wagner também expressa seu voto no IEB

Dr. Igor afirma que a questão central neste momento é o recurso e aproveita a presença do IEB na reunião para pedir um desconto. Mas claro, entende que não é um trabalho barato e que se tem confiança no IEB para saber que a organização fará o possível para enxugar custos.

Dr. Igor enfatiza que aguarda o plano de trabalho, como Raphael mencionou. Ele também ressalta que com relação ao valor pedido pelo IEB, a partir da interlocução com outras entidades civis, os custos administrativos giram em torno dessa faixa mesmo, de 20% a 25%. O que para ele, parece ser um valor razoável. Ao mesmo tempo, reforça o pedido para que a proposta orçamentária do IEB seja mais módica possível para que tenha a maior quantidade possível de recursos para destinar as instalações propriamente ditas.

Um segundo ponto reforçado pelo Dr. Igor é que mesmo que não envolva dinheiro público a rigor, dado que o dinheiro está vindo diretamente da Hydro, o MPF vai prezar para que esse seja um processo bastante transparente e público. Então, mediante o plano de trabalho que será apresentado aqui ao CA, será validado pelo Ministério Público o acompanhamento da execução.

Raphael Castro reforça a questão da transparência, que é algo que o IEB também faz muita questão. Inclusive na forma de contratação, o IEB não se opõe caso se delibere a fazer um processo de seleção pública. Raphael afirma que o IEB não é contra, pelo contrário, pois acrescentaria transparência ao processo, mesmo que houvesse um pequeno prejuízo de tempo no cronograma. Ele também reforça que o IEB está empenhado em fazer com que se tenha maior parte de volume de recurso para o benefício fim do projeto, foi feito um cálculo mais rápido, mas que deve ser melhor detalhado no orçamento, inclusive na proposta de plano de trabalho.

Apesar deste empenho, Raphael reforça que esses 2 milhões de reais indicados não são somente para a taxa administrativa, que trata do pagamento da equipe, pagamento de sistemas financeiros para operacionalizar o recurso, pagamento de equipamentos de trabalho, etc, mas esse recurso também envolve os custos logísticos para fazer reunião e para ter o funcionamento do comitê de governança, por exemplo. Todas essas informações serão detalhadas na proposta técnica.

Mário Santos afirma que a sociedade civil gostaria de seguir acompanhando a execução do projeto no comitê de governança e se coloca à disposição para acompanhar a questão do recurso. Outro ponto

levantado é que o IEB observasse a questão da mão de obra e material local, pois movimenta a economia da cidade, além de diminuir os custos logísticos.

Vera Lúcia Brito Nascimento, suplente da 1ª Representação da Sociedade Civil, vota no IEB e também se coloca à disposição para acompanhar o comitê de governança.

Maria das Graças também se coloca à disposição para fazer o acompanhamento.

Raphael registra que das 10 representações da sociedade civil, nove estão presentes e sete se manifestaram sobre essa pauta, faltando a representação 2 e a representação 5 se manifestarem.

Rozemiro Brito, titular da representação 5 da sociedade civil e **Jackeline Souza Sales**, titular da Representação 2 da Sociedade Civil, se manifestaram favoráveis ao IEB pelo chat da sala de reunião.

Dr. Igor encaminha a decisão tomada pela representação da sociedade civil de prosseguir com o IEB. Essa decisão será repassada em reunião com as partes signatárias e depois retorna com o CA para relatar como foi a reunião. Ele ressalta novamente que o valor repassado pelo IEB significa em torno de 25%.

O IEB ainda apresentará uma proposta e a partir dessa diretriz do próprio IEB de que a proposta vai ser no menor valor possível para a execução do trabalho, para que mais dinheiro seja salvo e economizado e depois aplicado nas estruturas propriamente ditas.

O Promotor de Justiça Márcio Silva Maués, titular do Ministério Público do Estado do Pará resume os encaminhamentos para que fique bem esclarecido. Então fica tomada a decisão com o CA que se pode prosseguir com a tratativa com o IEB. Não se trata ainda de uma autorização para contratação, pois para prosseguir é preciso validar o plano de trabalho. Então a validação foi em relação a uma contratação direta, independente de uma seleção pública e já ciente do custo administrativo que foi colocado, de R\$ 2 milhões.

Dr. Márcio entende também que algumas pessoas se disponibilizaram e tem interesse de participar de um grupo para acompanhar essa nova fase que seria a questão da água. Mário, Vera e Dona Graça foram as pessoas que se colocaram à disposição.

Resumindo, os três encaminhamentos são: aprovação para que seja uma contratação direta; aprovação em relação aos custos administrativos e também das pessoas que participarão de um comitê ou que acompanharão essa etapa do projeto.

Sobre a próxima reunião do CA. **Mário** lembra que já tem uma proposta de reunião com o FUNBIO para o início do ano com a participação do CA. Raphael destaca que as pautas com o FUNBIO são: apresentação do plano de trabalho do projeto raiz, atualizações sobre a primeira chamada, discussão sobre a área de abrangência do projeto e planejamento de reuniões por áreas de representação.

Mário pede que o Funbio envie os documentos com antecedência para serem analisados, inclusive a área de abrangência.

Raphael entende como acatada a sugestão de pauta para uma reunião com o FUNBIO em janeiro e que vai dialogar com os membros para definição da data posteriormente.

Não havendo o que ocorrer, considera-se encerrada a 48ª reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. A Secretaria Executiva do comitê lavrou a presente ata.